

RESUMO DO CONTRATO



PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEI Nº 0370-11.2025.6.16.8000

CONTRATO

Nº XX/2025

PREGÃO

Nº XXXX/2025



O que?

Serviços de comunicação social nas áreas de jornalismo, comunicação digital, design e produção audiovisual.



data de início?

01/12/2025

Serviços terceirizados continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.



Onde?

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, na Rua João Parolin nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR



Com quem falar?

Secretaria de Comunicação Social e Multimídia - SECOM



Horário de atendimento

Das 12h às 18h



Contato

Telefone: (41) 3330-8970 ou (41) 3330-8990

E-mail: secom@tre-pr.jus.br



Vigência

18(dezoito) meses



Valor

R\$

**TRE
PARANÁ****CONTRATO Nº/2025****SEI nº. 0000370-
11.2025.6.16.8000****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa****ANEXO VII**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico nº/2025, regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços vencedora, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede em,
Rua, nº., bairro, CEP:, telefone: (...), e-mail:
....., neste ato representada por, doravante denominada
CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1- O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de comunicação social, nas áreas de jornalismo, comunicação digital, design e produção audiovisual, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**2.1 – Da especificação e do quantitativo de postos**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CBO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Redator de textos técnicos	2615-30	posto	1
2	Analista de Mídias Sociais	2534-05	posto	1
3	Designer Gráfico	2624-10	posto	1
4	Operador de Audiovisual	3731-05	posto	2
	TOTAL			5

2.2 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto nos seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Proposta Detalhada

Anexo V - Instrumento de Medição de Resultados;

2.3 - Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

2.3.1 - Sede TRE-PR: João Parolin, 224 - Prado Velho;

2.4 - De acordo com o art. 6º, incisos XVI e XXIX, da Lei nº 14.133/2021, o objeto se caracteriza pela prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, contratado pelo regime de empreitada por preço global, com pagamento mensal por posto.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 - Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência – Anexo I, Edital de Licitação e seus anexos e deste instrumento contratual;

II- Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser requeridas pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação;

III- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada relativamente à execução do objeto, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

4.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.3 - Cumprir as exigências de **reserva de cargos** prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.4 - Disponibilizar pelo sistema ContratosGov, mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, os dados dos profissionais alocados na prestação dos serviços, conforme Quadro de Pessoal Auxiliar em anexo, em cumprimento ao artigo 10 da Resolução do CNJ nº 587/2024.

4.5. Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece:

I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável

II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados (as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **18 (sessenta) meses**, a partir de **02/03/2026 a 02/09/2027**, podendo ser prorrogado até 10 (dez anos) nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 ou extinto antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES:

Elementos de despesa: _____.____.____.____;

Notas de Empenho 2025NE....., emitidas em ____/____/2025;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: 5380

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para 18 (dezoito) meses, o valor total de **R\$** (.....), considerando a planilha de custos anexa a este contrato, conforme a seguir especificado:

1 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDDE.	VALOR MENSAL	VALOR ESTIMADO TOTAL (18 meses)
1	Redator de textos técnicos	posto	1		
2	Analista de Mídias Sociais	posto	1		
3	Designer Gráfico	posto	1		
4	Operador de Audiovisual	posto	2		

	valor total	R\$.....
--	-------------	----------

2 - FATO GERADOR:

FATO GERADOR		Valor mensal	Quantidade de funcionários	Quantidade de meses	Valor total 18 meses
1	Redator de textos técnicos		1	18	
2	Analista de Mídias Sociais		1	18	
3	Designer Gráfico		1	18	
4	Operador de Audiovisual		2	18	
Valor Total					R\$

VALOR TOTAL DO CONTRATO (1 + 2) = R\$

7.1.1 – DO PAGAMENTO POR FATO GERADOR

7.1.1.1 - Serão pagos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, somente na ocorrência do fato gerador, o valor estimado de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, para reembolso de despesa com prêmios de assiduidade durante toda a contratação de acordo com comprovação de ocorrência, nos termos do **subitem 9.6.4 do Termo de Referência- Anexo I**.

7.1.2 – Se houver inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá **efetuar diretamente ao terceirizado o pagamento das verbas trabalhistas**, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado nos termos do artigo 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.3. – A Contratada deverá apresentar o cálculo da multa do FGTS ao final do contrato.

7.1.3.1 – No último ano do contrato o Contratante fará um reforço de nota de empenho para pagamento do valor total da multa do FGTS e será provisionado na planilha detalhada de custos.

7.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.2.1 - O pagamento está condicionado à prévia comprovação de quitação das obrigações trabalhistas relativas ao contrato, nos termos do art. 121, § 3º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2 - Conforme disposto no art. 64 e art. 65, incisos I, II e § único, da IN 05, de 26 de maio de 2017 do MPDG, quando da rescisão do contrato, o CONTRATANTE verificará o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou dos documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.2.2.1 - Até que a CONTRATADA comprove o cumprimento da obrigação, o CONTRATANTE deverá reter:

I - a garantia contratual apresentada nos termos da Cláusula Nona, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, se comprovado o descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária;

II - os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

7.2.2.2 - Na hipótese prevista no item II, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze dias), o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

7.2.3 - Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado - IMR – Anexo II, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, assim como na hipótese de ocorrência de faltas sem reposição, nos termos constantes do Termo de Referência - Anexo I.

7.3 - Dos custos Acessórios

7.3.1 - Das horas extraordinárias: Ficam estimados para pagamento de Horas Extraordinárias e de todos os custos delas decorrentes (como adicionais, vale refeição, transporte, entre outros) o valor de **R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, considerando-se todo o período de vigência contratual, conforme Item 5.1 do Termo de Referência – Anexo I.

7.3.2 - Do custo com diárias: Fica previsto o valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** para o pagamento de diárias aos postos de operador audiovisual para todo o período de vigência contratual, conforme item 5.5 do Termo de Referência.

7.4 - Do documento fiscal e do pagamento:

7.4.1 - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do CONTRATANTE por e-mail, no endereço secom@tre-pr.jus.br, telefone (41) 3330-8970 / 8990, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, igualmente direcionado ao Gestor.

7.4.2 - O CNPJ da empresa contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.4.4 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.4.5 - O período para faturamento deverá ser mensal.

7.4.5.1 - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*), na proporção de 1/30 do valor mensal. Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

7.5 - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

7.5.1 - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste Contrato.

7.5.2 - Prazo para **pagamento da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor (liquidação da despesa).

7.5.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida e, nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.5.4 – Nos termos do art. 50 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pelo Contratante, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras (se houver previsão), repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

7.5.4.1 - A contratada deverá encaminhar, junto com as notas fiscais, os seguintes documentos, como condição para efetivação de seu pagamento:

I - Eventos Totalizadores do eSocial (substitui a relação dos trabalhadores na SEFIP):

a. S-5001 - Informações das contribuições sociais consolidadas por trabalhador;

b. S-5003 - Informações do FGTS por trabalhador;

c. S-5011 - Informações das contribuições sociais consolidadas por contribuinte;

d. S-5013 - Informações do FGTS consolidadas por contribuinte.

II - GRFGTS - Guia de Recolhimento do FGTS na vigência do eSocial (substitui a GRF).

III - DARF - Documento de Arrecadação da Receita Federal gerado no DCTFWeb (substitui a GPS).

a) GEFIP/SEFIP ou DOCUMENTOS DO ESOCIAL acima relacionados, comprovando regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tributos Federais relação nominal dos profissionais alocados para a prestação dos serviços e quantificação dos dias trabalhados;

b) Guias de recolhimento de INSS e FGTS específicas;

c) Cópia das notas fiscais das despesas efetuadas pelos empregados para pagamento do reembolso com despesas de ajuda de custo;

d) Comprovantes de eventual pagamento de verbas rescisórias e/ou do CAGED (**Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**), em caso de haver ocorrido demissão ou substituição de empregados no curso deste contrato.

7.5.4.2 - Tratando-se do pagamento da última nota fiscal/fatura referente à execução desta contratação, em razão de término da sua vigência ou de sua extinção, além dos comprovantes mencionados no item e alíneas retro descritos deverão ser comprovados os pagamentos, aos empregados, das verbas rescisórias ou demonstrado que os empregados foram realocados, pela CONTRATADA, em outra atividade, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.5.4.3 - As comprovações de que trata a cláusula **7.5.4** deverão ser feitas por documentos que permitam aferir o adimplemento em relação a cada empregado alocado na execução contratual.

7.5.4.4 - Caso tenha ocorrido discussão sobre os valores finais dos serviços e a CONTRATADA tenha direito à complementação, deverá apresentar Nota Fiscal Complementar sem a necessidade dos documentos acima listados, cuja liquidação e pagamento ocorrerá desde que mantida a regularidade fiscal.

7.5.4.5 - Integra a execução do contrato e é condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura a correta apresentação de todos os documentos listados na cláusula 7.5.4.1.

7.5.4.6 - O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

7.6 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.7 - Da regularidade fiscal:

7.7.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do CONTRATANTE, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.7.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação, visando à regularização.

7.7.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste instrumento e/ou anexo (s).

7.8 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.8.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DA REPACTUAÇÃO

8.1 - Os preços inicialmente contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, após o decurso de um ano, com data vinculada à:

I - data da apresentação da proposta (data da abertura da licitação),...../...../....., para custos decorrentes do mercado;

II - data do acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

8.2 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em

datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

8.3 - Para os custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC.

8.4 - A repactuação será precedida de **solicitação do contratado**, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

8.5 - O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato, sob pena de preclusão.

8.6 - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será, preferencialmente, de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021, admitida prorrogação motivada, por igual período.

8.6.1 - O prazo ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

8.7 - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual com o pedido de repactuação, submetendo à apreciação da CPC/SACCON - Seção de Análise de Custos das Contratações, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA NONA: GARANTIA (Art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021)

9.1 - A garantia contratual apresentada pela CONTRATADA com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações quanto a execução contratual, bem como as de natureza trabalhista e previdenciária será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria.

9.1.1 - A Garantia Contratual deverá abranger cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, bem como a de pagamento de multas aplicadas à contratada, VERBAS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, sendo que deverá estar de forma expressa na apólice a previsão destas coberturas, sob pena de recusa por este Tribunal.

9.1.2 - Para fins de execução da cobertura de EXECUÇÃO CONTRATUAL, a comunicação do sinistro será efetivada quando da abertura do processo administrativo junto à CONTRATADA, e a execução da garantia dar-se-á quando da decisão final, condenatória, exarada pelo CONTRATANTE, que poderá ultrapassar a vigência da apólice, desde que o comunicado de sinistro tenha sido efetivado previamente ao termo final.

9.2 - Para cumprimento das obrigações, a contratada apresentou garantia contratual na modalidade de Apólice – Seguro Garantia, que ficará sob custódia do CONTRATANTE, no valor de **R\$** (.....), correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor anual do Contrato, com vigência de 03 (três) meses além da vigência contratual, ou seja, até **02/12/2027**.

9.3 - A devolução da garantia ficará condicionada ao pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo a comprovação, pela CONTRATADA, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto, sob pena de Retenção - Execução - da Garantia Contratual para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

9.4 - A liberação será feita pelo Gestor do Contrato em até 10 (dez) dias após a comprovação do pagamento de salários, rescisão contratual e demais verbas trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

11.1.1 - Na aplicação das sanções serão considerados (as) (art. 156 §1º da Lei nº 14.133/2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2. - As condutas de natureza LEVE são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado.

a) ADVERTÊNCIA:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na reposição do posto de serviço, quando solicitado pelo TRE;
3	Atraso na entrega de documentos necessários;
4	Falta de retorno às comunicações do TRE pelo preposto;
5	Falta de acompanhamento das atividades pelo preposto;
6	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas para a presente contratação.
7	Encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b) MULTAS: aplicadas de modo interdependentes, quando decorrentes de fatos diversos

Graduação da Sanção	Descumprimento	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	1. Falta de funcionário sem substituição, no prazo avençado, a partir do 2º (segundo) até o 5º (quinto) dia.	10% (dez por cento) sobre o valor mensal do posto não substituído.
	2. Falta de qualidade e/ou eficácia dos serviços de modo reiterado.	Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato.
	3. Não entrega de todo e quaisquer documentos exigidos.	
	4. Descumprimento do índice de Medição de Resultados: quando a faixa de ajuste no faturamento for superior a 10%(dez) por cento.	

GRAVE	6. Inexecução parcial do contrato	0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato
	7. Atrasar pagamento dos empregados, compreendendo pagamento mensal, férias, entrega de benefícios conforme convenção coletiva de trabalho da categoria.	10% (dez por cento sobre o valor mensal do contrato)
	8. Atraso na execução dos serviços, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia da solicitação do gestor ou fiscal, podendo gerar extinção unilateral da contratação.	10% (dez por cento) sobre o valor do montante atrasado.
GRAVÍSSIMA	9. Paralisação temporária ou abandono permanente, da prestação dos serviços, parcial ou total, com extinção unilateral da contratação.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	10. Danos causados ao patrimônio da Administração ou de terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, sem a reparação correlata.	
	11. Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
	12. Inadimplemento total do contrato.	

11.3 – Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total do contrato;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

11.4 – Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa;
- b) praticar ato fraudulento;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.5 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

11.6 - A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

11.8 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

11.9 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º,

inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.10 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

11.10.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

11.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

11.12 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.13 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.14 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Ficará o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 – Poderá, também, ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o art. 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), nos termos da Declaração de Inexistência de Nepotismo, firmada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.

Curitiba, de de 2025.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral - TRE/PR
p/Contratante